



RELATÓRIO DA 7ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MSNP/MMA

Data: **10/05/2018.**

Local: **Sala de Reuniões do MMA – 9º. andar - 931**

Horário: **10 às 12h30min**

Participantes pela Bancada governamental, representando o MMA: Adriana Xavier – Coordenadora Geral da CGGP/MMA e Sra. Helenita Herrera Braga do Departamento de Gestão e Estratégia, representando o **IBAMA**: Sr. Wagnel Rodrigues – Coordenador Geral da CGGP do IBAMA e o Sr. Carlos Luís Martins Gomes; representando o **ICMBio**: Sra. Helena Machado Cabral Coimbra e Sra. Thais Ferraresi e representando o **SFB**: Sra. Priscila Bonfim e Sra. Ivana Aparecida Colvara representando o SFB.

Participantes pela Bancada dos servidores:

Condsef: Jussara Griffó; Vera Élen e Conceição Ferreira.

Ascema Nacional: Nicélio, Jonas, Alex Bernal e Rogério

Pauta:

- a) Aprovação da ata da 6ª reunião da Mesa Setorial (24.01);
- b) Situação dos dias paralisados 28/04 e 30/06 (Greve Geral);
- c) Andamento da consulta solicitada pelo MPDG a AGU – Consultoria Geral sobre os efeitos da retroatividade da GQ3;
- d) Modernização da Carreira;
- e) Dimensionamento da força de trabalho;
- f) Processo de Concessão de Insalubridade do ICMBio;
- g) Adicional de Campo;
- h) Reunião da CCSIPEC;
- i) Informes das emendas a MPV 809;
- j) Autarquização do Serviço Florestal (Fórum de Reestruturação das Instituições);
- k) Definição do cronograma do 2º Semestre de 2018.

Na quinta feira, 10/05/2018, no período da manhã, na Sala de Reuniões do 9º Andar (sala 931) do MMA, em Brasília - DF, ocorreu a 7ª Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente - MSNP/MMA, que contou com os representantes do MMA, IBAMA, ICMBio, Ascema Nacional e CONDSEF cuja pauta supracitada teve os seguintes desdobramentos:

1)A Ata da 10ª Reunião da MSNP/MMA, realizada em 24.01.2018, foi aprovada;

2)Quanto a Situação dos dias parados 28/04 e 30/06, a Coordenadora do Fórum de Gestão de Pessoas informou que apesar de buscarem resolver essa questão, através de Notas Técnicas e Aviso Ministerial que o MPDG não aceita fazer um Termo de Acordo para compensar os dois dias de paralisação e que será feito o desconto no pagamento do mês de maio. O quadro de servidores que terão os dias cortado:



ÓRGÃO	DIA DA GREVE	QUANTITATIVO DE SERVIDORES QUE FIZERAM GREVE
IBAMA	Dia 28 de Abril	209
IBAMA	Dia 30 de Junho	118
ICMBio	Dia 28 de Abril	45
ICMBio	Dia 30 de Junho	8
MMA	Sem informação do quantitativo para cada dia	27

A CONDSEF solicitou que constasse em ata que os representantes do MPDG mentiram para a Federação, pois na reunião ocorrida no dia 27/04 tinham aceitado negociar termos de reposição de greve (nesse caso alcançando o pessoal da área ambiental) e na semana seguinte já alterou seu posicionamento dizendo que aceitaria negociar outros dias de greve, porém os dias 28 de abril e 30 de junho não aceitariam por entenderem ter sido uma greve política contra o governo. A CONDSEF questionou o representante do governo Sr. José Borges (Coordenador Geral de Negociação Sindical no Serviço Público), pois toda greve é política e a área ambiental no momento das duas paralisações estavam com os Acordos sendo descumpridos pelo Governo (o Termo de Acordo assinado em 2015, para a área ambiental foi descumprido pelo Governo ao não regulamentar a GQ 3, tendo sido regulamentado somente no mês de agosto, ou seja, 01 ano após a publicação da lei e ao quebrar o acordo feito na Cláusula Sexta, Parágrafo Único criação do Comitê Provisório no âmbito do MPDG e as entidades signatárias do referido Termo de Acordo; ao enviar a Proposta da Reforma da Previdência que atinge em cheio os servidores públicos sem nenhum diálogo com as entidades representativas dos servidores e não abrir a negociação da Campanha Salarial de 2017 para quem fez acordo para parcelado em 2 anos como é o caso dos servidores da área ambiental.

Foi informado que a Asibama/DF impetrou um Mandado de Segurança e o encaminhamento da CONDSEF será o mesmo, ou seja, buscar pela via judicial anular essa decisão do MPDG QUE causará prejuízos aos servidores da área ambiental.

3) Quanto **aos efeitos financeiros da GQ3**: A Sra. Adriana Xavier informou que até aquele momento ainda não houve resposta da AGU quanto ao questionamento feito pelo MPDG. Encaminhamentos a serem feitos: a) continuaremos cobrando na Mesa Setorial, resposta ao questionamento suscitado pelo MPDG; e c) indicaremos as nossas filiadas que entrem com ação judicial para garantir os efeitos financeiros da retroatividade da GQ3 à publicação da Lei 13324/2016.

4) Quanto a **Modernização da Carreira**: foi informado que o ex-ministro tinha a disposição de enviar um anteprojeto de lei contemplando as demandas do setor contidas na proposta de Modernização da Carreira, por não ter tido prazo hábil, ao sair do cargo repassou a incumbência para o ministro interino Sr. Edson Duarte.

Neste sentido, a CGGP/MMA elaborou a Nota Técnica nº 471/2018-MMA que propõe o envio de Aviso Ministerial ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contendo a proposta integral de Reestruturação/Modernização da Carreira apresentada pela Carta Conjunta nº 005/2017/Ascema Nacional/CONDSEF, excetuando, aquelas que poderão ser



resolvidas no âmbito da Mesa Setorial de Negociação Permanente, ou que necessitam de maior aprofundamento e análise.

Informaram também que o atual SECEX e Coordenador da Mesa Setorial, Sr. Romeu se comprometeu a despachar com o ministro sobre o anteprojeto de lei.

A CONDSEF reiterou a necessidade de que este Aviso Ministerial seja assinado o mais breve possível, logo que, mesmo sendo apresentado emendas a MPV 809, para atendimento de alguns pontos da proposta (as emendas caíram no decorrer do processo) é necessário que se tenha o posicionamento da Gestão do MMA, demonstrando pela via oficial, que é o Aviso Ministerial, a concordância com o que foi debatido na Mesa Setorial e nos Fóruns das entidades nacionais.

5) Quanto ao **Dimensionamento da força de trabalho:** Foi informado, pela Sra. Adriana, que a área ambiental ainda não foi contemplados no projeto (UNB) contratado pelo MPDG sobre dimensionamento da força de trabalho, que somente AGU e CGU é que estão, primeiramente contemplados, no projeto. Informaram que estamos na fila e que poderá ser previamente analisado. A contratação está proibida no momento. Ressaltou que a alteração da Portaria de Redistribuição com cargo vago já foi publicada, de acordo com o que foi discutido na Mesa Setorial.

Relataram que estão fazendo gestão junto ao MPDG para que seja aprovada a abertura de novos concursos, informaram que tem um contrato de temporários do SFB que acaba agora no meio do ano e que existe a possibilidade caso o SFB queira de chamar os 50% do último concurso. Os representantes do IBAMA e ICMBio apresentaram ao Ministério os dados solicitados quanto a necessidade de novos concursos.

6) Quanto ao **processo de concessão de adicional de insalubridade:** Helena representante do ICMBio, apresentou como está sendo feito os processos, as preocupações que existem em relação as informações prestadas tanto pelos servidores quanto pelas chefias que atestam ser verdadeiras as informações, logo que, a CGU todo ano faz auditoria no ICMBio e estes processos serão avaliados futuramente por aquele órgão fiscalizador.

A CONDSEF se preocupa com esta questão pois, as informações prestadas caso não reflitam a realidade poderá levar os servidores e suas chefias a responderem processos administrativos, penais e cíveis.

Entendemos que a criação da Gratificação de Atividade de Risco, contemplará os servidores que atuam em atividades de risco como, por exemplo, fiscalização, vistorias do licenciamento, servidores que trabalham embarcados, etc. Porém esta gratificação não exige o órgão de conceder o Adicional de Insalubridade a quem tem o direito.

7) Quanto ao **Adicional de Campo:** A CONDSEF questionou os representantes da Gestão dos órgãos o motivo de não estar sendo pago o Adicional de Campo. A informação prestada é que a verba é de custeio e não foi solicitada. O ICMBio já tem o formulário e o IBAMA não tem nenhum formulário neste sentido.

Ao questionarmos, esclarecemos que a questão do Adicional de Campo foi uma conquista do último Termo de Acordo, logo que, antes ele somente era devido para a Amazônia Legal, só podendo ser recebida para os analistas e técnicos ambientais e no valor de R\$ 19,00. Com a publicação da lei em julho de 2016, ela é devida para quaisquer biomas, podendo ser recebida por qualquer servidor da carreira e no valor de R\$ 44,00. A CONDSEF também esclareceu que o Adicional de Campo é justamente para atender onde não cabe pagar meia diária (por exemplo mesmo município) e que é devido desde a data da publicação da lei. Portanto não cabe falar



que não é implementada por ser verba de custeio, esta desculpa não isenta as instituições de estarem em mora com os servidores.

8) Reunião da CCSIPEC: – A Sra. Adriana relatou que foram informados de que haverá o lançamento de vários módulos e que a otimização no serviço público é uma realidade. Está cada vez mais sendo implementada. Relatou que o SIGEPE terá "Banco de Talentos" em Junho. Em maio será lançado "seleção concurso público - solicitação de concursos". Em setembro, será a vez do lançamento do módulo referente à "Avaliação de Desempenho". A partir de novembro, será o módulo referente à "Publicação de Portaria" e, também, "Consulta Férias de Equipe". Haverá também a possibilidade de solicitar férias pelo celular (Mobile) e o Gestor homologará, também, pelo celular. No ano que vem: Estrutura Organizacional: "Função Comissionada". Em 2019 será o módulo "Assistência Suplementar".

Informou, ainda, sobre a possibilidade em Junho da emissão de uma Orientação Normativa referente à redução da hora de almoço (com embasamento na legislação da Reforma Trabalhista).

9) Informes sobre as emendas a MPV 809: Jonas pediu a palavra para explicar como foi o processo das emendas e reiterou o posicionamento da CONDSEF da necessidade de que seja assinado o Aviso Ministerial contemplando a proposta de Modernização da Carreira.

10) Autarquização do Serviço Florestal: A Sra. Helenita, repassou alguns informes sobre a discussão que está sendo feita no âmbito do Ministério do Meio Ambiente sobre a reestruturação da instituição, informando que foi convidado diversos setores e o SFB. Nesse momento, os representantes da gestão do SFB informaram que não tiveram conhecimento deste convite.

11) Cronograma de reuniões – 2º. Semestre – pelo adiantado da hora, não foi possível fazer um cronograma de reuniões para o 2º semestre, no entanto, conseguimos deixar agendada a próxima reunião do Fórum de Gestão de Pessoas:


Reunião dia **08/06/2018**.

Pauta:

- Criação do GT Política de Mobilidade;
- Criação do GT Capacitação;
- Proposta de critérios para ocupação dos cargos comissionados e funções.

Brasília-DF, 11 de maio de 2018.


Jussara Griffó
Direção da Condsef e Membro da
MSNP/MMA


Vera Elen N. Freitas
Coordenadora do DENTMA e Membro da
MSNP/MMA